



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Decisões para depois do recesso

O Congresso Nacional entrou em recesso nesta quinta-feira, e as atividades parlamentares, em Brasília, reiniciam em primeiro de agosto. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter sido votada neste primeiro semestre, ficou para o início dos trabalhos, em agosto.

### Anistia das dívidas dos partidos

Tanto na Câmara quanto no Senado, os parlamentares decidiram adiar vários projetos em pauta, que serão retomados após o recesso. Entre eles, a PEC da Anistia das dívidas dos partidos, que permite o refinanciamento com isenção de juros e a autonomia financeira do Banco Central.

### Não entrou em pauta

Mesmo com pressões de senadores e de dirigentes partidários, a PEC da Anistia, que libera partidos políticos de multa, ficou para o segundo semestre. A proposta, que pode perdoar até R\$ 23 bilhões em multas, foi aprovada pelos deputados na última semana. Parlamentares acreditavam que seria votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, nesta quarta-feira, mas não entrou em pauta por decisão do presidente da Comissão, Davi Alcolumbre (União-AP).



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

### Problema é discutir 'o sexo dos anjos'

Em pressões feitas no apagar das luzes, pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), Alcolumbre disparou: "o problema da política brasileira é ficar discutindo o sexo dos anjos e não colocarem o item para votação". E concluiu: "dependendo da matéria, às vezes, a gente se pauta por uma pauta que não houve, ou por um acontecimento que não vai acontecer". A PEC também prevê anistiar todas as sanções tributárias de partidos que estão inadimplentes há mais de cinco anos.

### Fundo Partidário

O texto cria o programa de recuperação fiscal para renegociação das dívidas dos partidos e permite que as legendas utilizem recursos do Fundo Partidário para parcelamento das multas eleitorais. Ficou para o segundo semestre também a renegociação das dívidas dos estados.

### Cargas de impostos

Uma enxurrada de memes críticos ao ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, tomou conta das redes sociais nos últimos dias. Haddad aparece de todas as formas e vem sendo chamado de "Taxad". Os opositores tentam responsabilizá-lo pelo aumento da carga tributária.

### 'Taxa das blusinhas'

O ministro da Fazenda recebeu apoio de diversos parlamentares, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), explicou que a chamada "taxa das blusinhas", foi uma medida para proteger a indústria nacional.

# Secretária de Comunicação se afasta para atuar nas eleições

Palácio Piratini ainda não anunciou quem substituirá Tânia Moreira

/ GOVERNO DO ESTADO

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

O governo do Rio Grande do Sul comunicou nesta quinta-feira, em nota oficial, que a secretária estadual de Comunicação, Tânia Moreira, deixará a pasta nas próximas semanas para se dedicar às campanhas eleitorais de 2024. Até o momento, o Executivo não anunciou quem será o substituto.

O comunicado ocorreu em um momento de especulações de mudanças no secretariado do Estado. Na nota, o governo afirmou que "reitera a confiança na equipe de secretários e nos partidos que compõem a base de apoio à gestão". O Executivo ainda completou: "não há discussões sobre mudanças no secretariado no momento e quaisquer debates a respeito seriam conduzidos em diálogo com partidos e bancadas".



FELIPE DALLA VALLE/PALÁCIO PIRATINI/JC

Tânia Moreira também esteve à frente da pasta na primeira gestão Leite

Conforme a nota oficial, a prioridade do governo gaúcho neste momento são as pautas de reconstrução do Rio Grande do Sul após a catástrofe ocorrida em maio e a aprovação na Assembleia Legislativa do pacote de projetos de lei que prevê reajuste salarial dos servidores da Segurança Pública e de reestruturação das carreiras.

Natural de Pelotas, Tânia Moreira esteve à frente da Comunicação do Estado desde o início do primeiro mandato do governador Eduardo Leite (PSDB), em 2019. Após deixar a pasta em 2022 para se dedicar à campanha eleitoral, a secretária reassumiu a Secretaria Estadual de Comunicação em janeiro de 2023.

## Deputados pedem mais tempo para examinar pacote

/ CONTAS PÚBLICAS

Os deputados estaduais Felipe Camozzato (Novo) e Rodrigo Lorenzoni (PL) protocolaram na quarta-feira um ofício no Ministério Público de Contas do RS para alertar sobre uma possível manobra fiscal do governo Eduardo Leite (PSDB) para aprovar o pacote de projetos de lei que prevê diversas alterações no funcionalismo público do Estado. Os parlamentares também pediram, em documento, ao presidente da Assembleia, Adolfo Brito (PP), para que prorogue a apreciação das propostas na casa, que está marcada para esta sexta-feira, às 16h, em sessão extraordinária.

De acordo com os deputados, os projetos apresentam riscos à estabilidade fiscal das contas do RS, tendo em vista a previsão de queda na arrecadação em função da catástrofe climática de maio.

"O mais importante é essa urgência (para votar), e com o governo admitindo que vai vir um rompimento do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal como motivação para fazer agora a votação. Ou seja, (o governo) sabe que vai descumprir uma regra do limite de responsabilidade fiscal, que impediria este tipo de comportamento, e, por conta de saber disso, eles vão pedir uma votação e tomar esta atitude", argumentou Camozzato.

RODRIGO SAVEDRA/AL-RS/JC



Lorenzoni (e) e Camozzato lideram articulação para adiar votação

O deputado Lorenzoni lembrou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na Assembleia Legislativa na semana passada prevê déficit de R\$ 362,47 milhões ao Tesouro do Estado e, com a possível aprovação do pacote de Leite, o impacto no orçamento poderia ser de até R\$ 1,8 bilhão aos cofres estaduais. "Nós temos um déficit projetado pro ano que vem de R\$ 362 milhões, e o governo não traz uma alternativa de equilíbrio fiscal, traz uma alternativa de aprofundamento do déficit", disse o parlamentar.

Lorenzoni afirmou que o objetivo de prorrogar a votação deste pacote se deve ao fato de que o Executivo protocolou os projetos no parlamento gaúcho na quarta, e os deputados estaduais têm cerca de 48h para analisarem as mais de 300 páginas presentes nas propostas. Para Camozzato, a apreciação da reforma em um curto período de tempo é "impossível". "Os deputados votarão sem saber no que estão votando", disse o parlamentar.

Além dos proponentes do ofício, até o fechamento desta edição, haviam assinado o documento os deputados Capitão Martim (REP), Gustavo Victorino (REP), Paporico Bacchi (PL) e Marcus Vinícius (PP).

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323